UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE MUSEOLOGIA

GABRIEL VELASCO DE SOUSA

PARA ALÉM DO LUTO:

cemitérios enquanto canais de transformação social e patrimônio vivo

Brasília - DF,
2026

GABRIEL VELASCO DE SOUSA

PARA ALÉM DO LUTO:

cemitérios enquanto canais de transformação social e patrimônio vivo

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito básico para obtenção do título de bacharel em Museologia pela Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília.

Orientador: Prof. Dr. Valdemar de Assis Lima

Brasília - DF,

2026

CIP - Catalogação na Publicação

VV433p

Velasco de Sousa, Gabriel .
Para além do luto: cemitérios enquanto canais de transformação social e patrimônio vivo. / Gabriel Velasco de Sousa;

Orientador: Valdemar de Assis Lima. Brasília, 2026.
43 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação - Museologia) Universidade de Brasília, 2026.

1. Museologia. 2. Cemitério. 3. Patrimônio. 4. Memória. 5. Planaltina . I. de Assis Lima, Valdemar, orient. II. Título.

Universidade de Brasília

Faculdade de CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

GABRIEL VELASCO DE SOUSA

Para Além do Luto: cemitérios enquanto canais de transformação social e patrimônio vivo

Monografia submetida ao corpo docente do Curso de Graduação em Museologia, da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília – UnB, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Museologia.

Aprovado por:

Valdemar de Assis Lima	**Ana Lúcia de Abreu Gomes**	**Clovis Carvalho Britto**
Doutor em Educação / Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Doutora em História / Universidade de Brasília (UnB)	Doutor em Museologia / Universidade Lusófona (ULHT)

Documento assinado eletronicamente por **Valdemar de Assis Lima**, **Secretário(a) Executivo(a) da Faculdade de Ciência da Informação**, em 25/06/2026, às 15:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.

Documento assinado eletronicamente por **Ana Lucia de Abreu Gomes**, **Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 25/06/2026, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.

Documento assinado eletronicamente por **Clovis Carvalho Britto**, **Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 25/06/2026, às 15:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **14412380** e o código CRC **2189CDB5**.

Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro - Gleba A, , Brasília/DF, CEP 70910-900
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - http://www.unb.br

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, professor Valdemar Lima pela assistência e cuidado, pelo tempo e educação, e sobretudo pela confiança. Sou igualmente grato a professora Ana Lucia, que em uma de suas aulas, fez um garoto perdido se encontrar. Dessa forma, estendo este agradecimento a todos os discentes do curso de Museologia.

Também quero agradecer a minha família, meus pais pela minha criação, incentivo e apoio incondicional, minhas avós pelas orações e carinho.

Aos meus irmãos; Saulo, por me mostrar o que há de bom nessa vida, música, arte e poesia; Lore, por ser minha estrela-guia, te admiro com os olhos brilhando; Caio, por seu meu parceiro, gêmeo de alma e coração, esperei dois anos para poder nascer de verdade; e Manu, minha pequena, por ser essa mulher gigante, quero um dia poder ser igual você. agradeço por estarem sempre comigo, mesmo de longe.

Agradeço as minhas grandes amigas que construíram comigo a exposição “A Arte do Não Desaparecimento”; Maguimar, Yasmin, Luiza, Lídia, Allana, Ana Rita e Thais, vocês me deram forças para continuar essa jornada. choramos e rimos juntos.

Agradeço a toda equipe do Museu do Senado, pela oportunidade e experiência, por me guiarem para que eu crescesse tanto profissionalmente quanto como pessoa. Em especial, a equipe do SEGAM, que por dois anos foi minha casa, onde me senti acolhido e seguro.

A museóloga Luana Martins, por ser chefe, professora, colega de profissão, mas principalmente por ser uma amiga.

Ao museólogo Mateus Menezes, por ter me dado essa oportunidade e visto potencial em mim, sou eternamente grato.

Aos meus grandes amigos, que me ouviram falar sobre esse assunto, cansaram, e ouviram mais um pouco; Isla, Cauê, Analu, Hana e Ryan. Agradeço por sempre me escutarem, pelo carinho, conselhos e risadas. Cada um de vocês me inspirou de uma maneira diferente para me tornar um profissional melhor.

Agradeço aos meus amigos Reis Perdidos, por serem minha família, meu refúgio. Agradeço por ser um de um todo. Com vocês, já não me sinto tão só.

Agradeço aos meus amigos Roger, Danilo, Marquinhos e Bruno, pela amizade sincera e constante, por terem crescido ao meu lado compartilhando memórias.

Por último e mais importante, agradeço a Ana Beatriz, minha flor, por ser minha companheira e meu coração. Agradeço o amor, carinho, paciência, e por deixar a vida mais bonita.

Agradeço a todos que foram citados aqui e aqueles que, por descuido da memória, não foram mencionados. Sou a soma de todos vocês.

VELASCO DE SOUSA, Gabriel. **Para além do luto: cemitérios enquanto canais de transformação social e patrimônio vivo**. 2026. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Museologia) — Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2026.

RESUMO

O presente trabalho buscou, pela perspectiva da museologia decolonial, a análise dos cemitérios enquanto espaços de memória, patrimônio cultural e de transformação social. O objetivo geral da pesquisa foi investigar como um território identitário se relaciona com a qualidade de vida socio-referenciada de uma comunidade. Foi realizada uma pesquisa qualitativa que envolveu a leitura de artigos relacionados ao tema, análise de reportagens e legislações, além de relatos informais e uma visita de campo. A partir disso, foi possível construir a fundamentação teórica para que o cemitério pudesse ser reconhecido enquanto bem cultural e espaço de memória. Também foi produzido um contexto político-histórico da cidade de Planaltina-DF e, portanto, do cemitério São Sebastião, analisando suas relações de identidade e memória. Foi inferido, portanto, que mesmo após o abandono estatal que gerou a degradação física do espaço, o cemitério permanece vivo e em movimento a partir das práticas e usos sociais da memória realizados pela comunidade local, definindo, assim, o cemitério como registro histórico-memorialístico e bem cultural da cidade de Planaltina.

Palavras-Chave: Museologia; Cemitério; Patrimônio; Memória; Planaltina.

ABSTRACT

The present work sought, through the perspective of decolonial museology, to analyze cemeteries as spaces of memory, cultural heritage, and social transformation. The general objective of the research was to investigate how an identity-based territory relates to the socio-referenced quality of life of a community. A qualitative research methodology was adopted, involving the reading of articles related to the theme, analysis of news reports and legislation, as well as informal testimonies, and a field visit. From this, it was possible to build the theoretical foundation so that the cemetery could be recognized as a cultural asset and a space of memory. A political-historical context of the city of Planaltina-DF and, therefore, of the São Sebastião Cemetery, was also developed, analyzing its relations of identity and memory. The research concludes that, despite state neglect and the physical deterioration of the site, the cemetery remains alive and in movement through the practices and social uses of memory carried out by the local community, thus defining the cemetery as a historical-memorial record and cultural heritage site of the city of Planaltina.

Keywords: Museology; Cemetery; Heritage; Memory; Planaltina.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Vista do Cemitério São Sebastião 12

Figura 2 - Capela de São Sebastião de Mestre d'Armas, construída em 1811, ampliada em 1880, reformada em 1911. 26

Figura 3 - Mapa de localização do ribeirão Mestre d"Armas. 27

Figura 4 – Bandeirola da Festa do Divino. 29

Figura 5 - Evento solene de recepção da Pedra Fundamental da Nova Capital. 30

Figura 6 - Posição do Município em relação ao estado e sua capital. 31

Figura 7 – Frente do cemitério São Sebastião. 33

Figura 8 – Vela em uso. 34

Figura 9 - Lembranças no Muro. 35

SUMÁRIO

Apresentação.....11
Capítulo 1 – Museologia, Memória e Território.....18
1.1 O Campo da Museologia 19
1.2 Espaços de Memória.....20
1.3 Cemitérios 23
Capítulo 2 – Uma Cidade e Um Cemitério: relações de rupturas e permanências históricos-memoriais.....26
2.1 - Georreferenciamento, memória e identidade da cidade antes da cidade 27
2.2 Cemitério de São Sebastião: bem cultural da comunidade. 34
Aproximações conclusivas.....39
Referências Bibliográficas.....42

Mesmo assim fiquei pensando
Que a gente podia viajar
E fazer um álbum de fotografias
Pra depois queimar
E depois lembrar, queimar.

(Jards Macalé, 1970)

A morte é onde mora a saudade.

(Rubem Alves, 2003)

Apresentação

Ingressei no curso de Museologia da Universidade de Brasília (UnB) no ano de 2019, e fui introduzido a este campo, enquanto ciências sociais aplicadas, a partir da disciplina de Introdução a Museologia com a professora Ana Lúcia de Abreu e pude conhecer um pouco do universo do curso. Fui entendendo a interrelação entre sociedade, patrimônio e memória e que a atuação da Museologia não se concentrava em museus, mas que poderia alcançar outros tipos de espaços culturais, como um cemitério. Porém, esse não foi meu primeiro contato com os cemitérios enquanto espaço. Quando pequeno, não entendia o porque as pessoas queriam visitar um lugar que me era tido como de terror ou assombração. Dessa forma, meu interesse pelo tema foi crescendo e sendo nutrido ao longo da minha vida.

Um pouco mais velho, com uns 10 anos, fui levado em uma excursão escolar ao Memorial JK, que se localiza no eixo monumental de Brasília, e me encontrei observando a cripta de Juscelino Kubitschek que lá se encontra, tentando entender como um corpo poderia estar dentro de um espaço de memória. Foi, então, que o meu coração se sentiu mais inquieto, afinal, qual a relação entre cemitérios e museus? Compreender essa dinâmica e as suas aproximações é refletir sobre um fundamento da Museologia: a memória.

Em seu projeto pedagógico, o curso de Museologia da UnB é composto por 4 grandes eixos de abordagem político-epistemológicas[1]. O eixo do curso designado para este trabalho foi o terceiro, Museologia e Patrimônio Cultural, pois o tema dialoga com memória e patrimônio ao discutir espaços culturais destinados ao culto da memória, e percebe os processos museais como estratégia para a usabilidade da memória, com foco na memória social.

Enquanto estudante de Museologia e brasiliense, procurei estudar locais de memória que estivessem situados no meu contexto, tanto geográfico quanto cultural. Escolhi tratar da pesquisa dessa forma, pois queria que o trabalho nascesse de um espaço atravessado por afetividade e pertencimento. Portanto, foi ao ler em uma notícia sobre o estado físico do cemitério de Planaltina-DF (Região Administrativa que se localiza ao nordeste de Brasília) que me senti conectado com este espaço. Todas

[1] O curso de Museologia se estrutura em quatro eixos, quais sejam: teoria e prática museológica, museologia e informação, museologia e patrimônio cultural e preservação e conservação de bens culturais.

essas experiências me levaram a entender como os cemitérios podem ser percebidos e interpretados.

Os cemitérios são constantemente vistos pela sociedade apenas como espaços destinados para se armazenar os mortos, congelados no tempo do passado (tal qual alguns museus). Portanto, entender os cemitérios como pontos de conexão, de contato, de vida, é ampliarmos a nossa visão, é os entender como patrimônio cultural, espaço de reflexão e reconhecimento, é compreender que a educação para o patrimônio, que transborda e vaza pelos museus tradicionais pode ser encontrada nos lugares mais variados. É, portanto, legitimar os cemitérios como canais de transformação social e de patrimônio vivo. A partir dessa premissa, compreendemos que a memória nos cemitérios tem intenção, tem vontade, dos vivos para os vivos, demonstrando a potencialidade simbólica desses espaços. Não sendo diferente no cemitério São Sebastião em Planaltina-DF.

Introdução

Tomando como estudo de caso o cemitério São Sebastião na cidade de Planaltina-DF, este trabalho de pesquisa tem como tema a compreensão dos cemitérios como espaços de memória e sua relação com o uso social da memória por parte das comunidades. Este cemitério é considerado “o primeiro Cemitério do DF” (*G1*, 2019) e está, atualmente, em condições de abandono e degradação física.

O cemitério se encontra abandonado pelas autoridades locais. Porém, existe uma força de vontade da população local em voltar a ter um espaço de memória vivo. Como diz a matéria do portal de notícias G1 de 2019: “A secretária da Associação dos Amigos do Centro Histórico de Planaltina, Simone Macedo, afirma que o espaço ‘abriga personalidades históricas’ e sofre com a falta de atenção.” Este trabalho, portanto, nasce do desejo da manutenção da memória dessas pessoas. Abaixo, podemos ver a imagem que evidencia o estado atual do Cemitério São Sebastião.

Figura 1 –Vista do Cemitério São Sebastião



Fonte: Cemitério São Sebastião, 14 de maio de 2026,
Fotografia do autor

Com certeza, há a necessidade da preservação e conservação material de seu “acervo”, porém, busco como foco neste trabalho entender como o processo de uso social da memória pode promover essa preservação a partir da manutenção desse

desejo, dessa “vontade de memória” da comunidade local de manter acesa a vida desse espaço.

Os pesquisadores Tavares, Brahm e Ribeiro afirmam que “talvez a maior fonte de morte patrimonial seja a amnésia social, e não propriamente a degradação da matéria.” (2022, p.17). Portanto, o uso social da memória se faz uma estratégia de manutenção da memória social e preservação do espaço/objeto. O Professor Valdemar Lima, ao discutir direito de memória, nos diz:

> Me refiro, aqui, não ao direito de ter acesso à memória, mas antes, ao de exercício de memória. A partir do momento em que os sujeitos de direito se compreendem como tal, eles se empoderam e esse empoderamento geraria o desejo de fazer valer essa vontade de ter os instrumentos e infraestrutura necessários para o pleno uso social da memória, no sentido de dialogar com essa memória, lançar um olhar crítico e (res)significá-la. (2017, p.88)

A partir disso, procuro entender esse uso social como processo de potencializar a vida deste espaço que é destinado, em parte, aos mortos, e em grande parte, aos vivos.

O objetivo geral deste trabalho é investigar as perspectivas de qualidade de vida da comunidade local a partir do contato com a memória no cemitério São Sebastião em Planaltina-DF, e seus objetivos específicos são: apresentar os referenciais teóricos da Museologia para a análise dos cemitérios, contextualizar o cemitério de São Sebastião e a sua relação com a formação e identidade de Planaltina, analisar de que forma o cemitério São Sebastião continua sendo um espaço de transformação social. O problema de pesquisa definido é como o cemitério São Sebastião pode ser compreendido, a partir das relações e práticas de memória, como espaço de memória e canal de transformação social?

Como o pensamento museológico compreende espaço de memória a exemplo do cemitério, a museóloga Raquel Brambilla discute que este é:

> Um espaço repleto de memórias, histórias, obras de arte, simbolismos e rituais. Local de contemplação, fruição, questionamentos e reflexões. Um espaço para que a comunidade colabore na conservação, se sinta integrada e nele se reconheça. (2017, p.236)

Dessa forma, é possível enxergar os cemitérios como espaços carregados de valores memorialísticos, históricos, artísticos e sociais, como se observa, por exemplo, em suas lápides, que podem revelar costumes, práticas religiosas, ou então estilos

arquitetônicos e artísticos de diferentes épocas. Portanto, são fundamentais para a identificação e construção da memória social e cultural de determinado lugar.

Ao ampliarmos nosso olhar sobre os sentidos dos cemitérios no universo simbólico e provocarmos uma reflexão societária que reconheça o seu valor museológico, estabelecemos um tipo de relação ativa com estes espaços. Esta interação, portanto, permite uma construção de um vínculo afetivo com o espaço enquanto lugar de memória, cultura e lazer, e não mais apenas como destino mórbido.

Essa relação entre públicos e cemitérios pode ainda ser realçada pela sensível proximidade relacional delas com o espaço, seja pelas pessoas amadas que se encontram ali sepultadas, ou pela integração física e tátil que o cemitério permite com sua materialidade. A arquiteta Renata de Souza Nogueira argumenta que:

> Diferente de um museu tradicional onde os objetos a serem apreciados encontram-se fora do alcance do visitante, protegidos por barreiras como vitrines, e deslocados de seu mundo real e de sua função específica para o qual foi concebido, nos cemitérios os visitantes tem a possibilidade de apreciar o objeto in loco, concebido e utilizado para aqueles fins. Com isso o diálogo entre público e museu se torna um pouco menos complicado através de seu espaço físico, ainda que o primeiro se movimente e o segundo permaneça (2009, p.3)

Ademais, entendemos que os cemitérios porquanto canais de transformação social possibilitam a construção de vínculos afetivos com seus públicos que perpassam o luto, a memória e a contemplação a partir da sua interação com o espaço. Essa relação, porém, não nasce do concreto frio. É preciso entender que para além de qualquer materialidade, é a imaginação, a projeção, a vontade das pessoas sobre os objetos, que faz com que este espaço se torne quente, vivo.

Dialogando com o pensamento científico da museóloga Helen Kaufmann (2019, p.34-35), temos que:

> Desta maneira, é através da biografia social e cultural, da compreensão de como se relaciona sujeito e objeto em um determinado cenário, e do elo entre as pessoas, que se manifestaria a alma. Além disso, quanto maior for o impacto social ou a ressonância, mais forte será a alma do objeto. Até o momento, percebemos que todos autores e trabalhos citados, de áreas distintas, tratam do assunto utilizando-se de expressões variadas. Ao nosso ver, todas essas expressões – “alma”, “aura” e “espírito” – possuem conotações semelhantes e buscam, assim como nós, explicar os aspectos simbólicos e as invisibilidades que podem ser ativados pelos objetos.

Portanto, é a partir da alma desses objetos que as relações são criadas, vinculadas e friccionadas. O cemitério, enquanto espaço sensível, permite que essas conexões se apropriem emocionalmente do espaço.

A ação da Museologia se percebe, primeiro, ao entender seu objeto de estudo. Waldisa Rússio[2], em 1981, já afirmava que o objeto da museologia era, portanto, o fato museológico, conceito que engloba sujeito-objeto-espaço.

> A Museologia é uma ciência nova e em formação. Ela faz parte das ciências humanas e sociais. Possui um objeto específico, um método especial, e já experimenta a formulação de algumas leis fundamentais. O objeto da museologia é o fato “museal” ou fato museológico. O fato museológico é a relação profunda entre o homem – sujeito conhecedor –, e o objeto, parte da realidade sobre a qual o homem igualmente atua e pode agir. Essa relação comporta vários níveis de consciência, e o homem pode apreender o objeto por intermédio de seus sentidos: visão, audição, tato etc. Essa relação supõe, em primeiro lugar e etimologicamente falando, que o homem “admira o objeto”. (Rússio, 1981, cf. Bruno, 2014, p. 1).

Dessa forma, o uso social da memória do cemitério, em discussão aqui, se daria por meio da relação da comunidade com esse espaço, em seu potencial de bem cultural. É nesse processo que a museologia decolonial é inserida, a partir dos diálogos com a população e a valorização de significados, símbolos e ritos realizados por essas pessoas, nos ajudando a compreender o cemitério como território vivo, onde o patrimônio dialoga com a comunidade e seu entorno.

O museólogo Clovis Britto (2025, p.77), ao discutir sobre Museologia decolonial, nos diz que "Na proposta decolonial existiriam Museologias (no plural, em perspectiva pluriversalista) e essa leitura reconhece múltiplas possibilidades a partir de uma desobediência epistêmica (Mignolo, 2008)", nesse sentido, entendemos aqui neste trabalho a museologia decolonial como uma perspectiva que, ao ampliar o olhar museológico, questiona a centralidade de um pensamento colonial, reconhecendo uma pluralidade de saberes e possibilidades.

Portanto, busco neste trabalho enxergar os cemitérios a partir da perspectiva da museologia decolonial, entendendo estes como lugares entre território, patrimônio e comunidade, onde o diálogo entre memória individual e memória coletiva é a centralidade.

Dessa maneira, podemos entender que os estudos cemiteriais vêm sendo desenvolvidos em diferentes áreas do conhecimento com diferentes enfoques, ampliando o entendimento desse espaço para além da sua função funerária. Apesar disso, foi observado uma lacuna na pesquisa em relação aos estudos realizados a

[2] Na contemporaneidade, adotamos o conceito fato museológico, uma vez que entendemos que o espaço onde se dá a relação entre pessoas e bem cultural, não se restringe à instituição museu, mas todo e qualquer lugar onde o pensamento museológico possa ser agenciado.

partir da perspectiva decolonial, portanto, privilegiando as práticas sociais de memória da comunidade. É nessa lacuna que está o foco deste trabalho.

Este trabalho apresenta uma pesquisa qualitativa desenvolvida por meio de diferentes etapas de investigação, construídas a partir das especificidades do objeto de estudo e da escassez de registros institucionais, buscando compreender as relações simbólicas estabelecidas entre as pessoas e o cemitério São Sebastião. Inicialmente, a pesquisa foi desenvolvida partindo de uma revisão bibliográfica baseada em artigos e obras que discutem a área tema e suas correlações, considerando autores que dialoguem com a perspectiva decolonial. Posteriormente, também foi realizada uma análise de legislações, reportagens jornalísticas, mapas históricos, fotografias e registros que envolvem a cidade de Planaltina e são utilizados para traçar a trajetória do cemitério de São Sebastião e as demandas da comunidade. Também foi realizada uma visita de campo que possibilitou fazer uma leitura museológica do espaço, observando vestígios e indícios simbólicos e materiais da ação da memória, como lápides, flores, velas, inscrições e práticas religiosas. Por último, foram realizadas conversas informais com a comunidade local durante a visita, e trocas de *e-mails* com associações locais, assim, permitindo com que as informações nas reportagens consultadas fossem complementadas e dessa forma, aprofundar a compreensão da relação território e comunidade.

No primeiro capítulo, serão abordados os referenciais teóricos da Museologia que fundamentam a pesquisa, utilizando os conceitos de espaços de memória, cemitérios e aura museológica, procurando entender como esses territórios passam a ser reconhecidos como bem cultural.

No segundo capítulo, esses referenciais serão aplicados ao estudo do cemitério São Sebastião, a partir do contexto da cidade de Planaltina - DF, e da análise das relações de identidade, memória e pertencimento entre a comunidade e o cemitério. Portanto, esta pesquisa reflete sobre o uso social da memória enquanto canal transformador para melhoria da qualidade de vida da comunidade, especialmente em um espaço de memória tão potente quanto os cemitérios.

Capítulo 1 – Museologia, Memória e Território

1.1 O Campo da Museologia

Para entendermos os cemitérios pela ótica museológica, precisaremos conceituar por quais lentes estamos enxergando. Como aponta Waldisa Rússio(1981) a Museologia não é um campo que estuda apenas normas e técnicas de preservação e organização de museus e seus acervos, antes, é uma ciência social aplicada que procura estudar o fato museológico que, “se configura na relação entre o ser humano, o bem cultural musealizado ou musealizável e a conjuntura social em questão onde se dá o processo.” (Lima. 2017, p.38) investigando seus aspectos relacionais entre processos e construções.

Porém este campo de estudo não é neutro: é atravessado por diversas disputas de poder e hierarquia, inclusive na perspectiva conceitual. Um dos temas de disputa político-epistemológica da Museologia é o conceito de museologia social. O pensamento museológico de Chagas e Gouveia (2014, p. 18) argumenta que essa abordagem apresenta uma ruptura com alguns paradigmas da museologia clássica. Assim sendo a Museologia Social

> na forma como aqui a estamos considerando, encarna a tarefa de “escovar” a museologia “a contrapelo”11(Benjamin, 1985, p.225) e implica a afirmação da potência da vida contra a exaltação da morte, da escravidão, da barbárie e da tirania; implica o estímulo à insubordinação contra a prática pedagógica que desejando obediência absoluta ordena: “perinde ac cadaver” – comporte-se “como um cadáver”.

A pesquisadora em memória social Tatiane Cordeiro (2022, p.7) complementa esta definição de museologia social ao dizer que, nesse viés, os museus são mais que lugares de memória institucionalizados, se configurando como espaços construídos por subjetividades e singularidades. Nesses espaços, a memória é construída de maneira interrelacional entre território, patrimônio e população, sendo atravessada por vivências, experiências, afetividades, lutas e de resistências.

A Museologia é muitas vezes associada a esse discurso de responsabilidade social, mas que, por si só, não é capaz de abarcar todas as demandas sobre memória e patrimônio. Como diz Mario Chagas e Vladimir Sibylla:

> Durante pelo menos duzentos anos, como parte do discurso espaço-temporal que se autodenominou de modernidade, os museus foram apresentados como baluartes da civilização. Assim, museus e patrimônios fazem parte do moderno, mas esse moderno, de acordo com a produção do grupo que

> alimenta o giro decolonial, não está ancorado em balizas temporais, mas em narrativas, em discursos. (2018, p. 293)

A partir deste entendimento da museologia social, percebemos que a Museologia é um campo em constante transformação, considerando diferentes práticas e teorias e essa transformação evidencia que o campo pode, e deve, ser discutido e tensionado, principalmente ao entender que a Museologia é construída a partir de práticas e heranças coloniais que definiram nosso pensamento sobre o que é patrimônio, memória e os espaços aos quais são destinados.

Podemos ampliar o nosso entendimento dessa perspectiva a partir do semiólogo decolonial Walter Mignolo(2017, p.6), que questiona a centralidade do pensamento colonial na modernidade. Mignolo nos diz que “o pensamento e a ação descoloniais focam na enunciação, se engajando na desobediência epistêmica e se desvinculando da matriz colonial para possibilitar opções descoloniais”.

E o sociólogo Aníbal Quijano(2005, p.8) explicita que, é um padrão do poder hegemônico mundial “o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento.”, ou seja, a colonialidade está diretamente relacionada ao controle de conhecimento.

É neste contexto que a Museologia decolonial se torna fundamental, uma vez que, a partir dela, podemos começar a ampliar e educar nosso olhar para iniciarmos um processo de desobediência e ruptura contra esse pensamento colonial e suas conjunturas.

Essa educação sensível do olhar conceituada pelo museólogo e professor Valdemar Lima é central para entendermos onde está o foco da memória e suas possíveis manifestações. O professor nos diz que a educação sensível do olhar seria

> o resultado de um processo educacional que tem por premissa a consolidação de uma consciência crítica (portanto, sensível) de mundo, com base na provocação das memórias (afetivas, traumáticas, sinestésicas, históricas, culturais, etc.) para uma ação política. Com isso, estou falando de alguns elementos estruturtantes desse processo educacional, a saber, a alfabetização museológica, a educação para o patrimônio, o estímulo à experiência e a produção de narrativas (2017, p.35)

Portanto, é possível compreender que essa cosmopercepção educacional sensível contribui para deslocar o foco de espaços institucionais que historicamente perpetuam lógicas hegemônicas e coloniais, e ampliar a percepção para outras espacialidades sociais onde a memória também pode ser experienciada.

1.2 Espaços de Memória

Para entendermos essas outras espacialidades sociais da memória, precisaremos entender, a priori, o que é essa memória que estamos discutindo. Cordeiro (2022, p.2) fala sobre memória, patrimônio e museu como:

> construções sociais e, portanto, campos de disputas. Constrói-se e disputa-se o que é considerado patrimônio, quais memórias devem ser lembradas, o que é museu e quem tem direito a esses campos, demarcando as relações de poder as quais esses campos são permeados.

Dentro desse contexto, entendemos que a memória é um processo construído e disputado, portanto, não é neutra. A memória foi e ainda é utilizada pelo poder hegemônico e pelo Estado[3] para hierarquizar e selecionar o que e quem deve ser lembrado e tornado oficial, e concomitante a isso, o que e quem deve ser esquecido.

O filósofo Frantz Fanon nos ajuda a entender como o colonialismo não atinge apenas as estruturas políticas de poder ou a materialidade das coisas, mas também o modo de existir e de lembrar. Fanon nos chama a atenção de que “Todo povo colonizado", se referindo às pessoas nas quais nasce “um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural — toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana.” (Fanon, 2008, p. 34). Portanto, o colonialismo está atrelado a construção e apagamento da identidade e subjetividade das pessoas.

Entretanto, a memória também pode ser utilizada como resistência e como ruptura dessas ações e lógicas de controle. O cantor e compositor Jards Anet da Silva, também conhecido como Jards Macalé, traz em sua canção “Sem essa” a ideia de deslocamento do entendimento do que é patrimônio e do que deve ser lembrado, dessa forma, rompendo com a lógica colonial sobre preservação e materialidade.

> Mesmo assim fiquei pensando
> Que a gente podia viajar
> E fazer um álbum de fotografias
> Pra depois queimar
> E depois lembrar, queimar.

Entendemos que memória é disputa e poder, e que os grupos hegemônicos se utilizam para controlar a narrativa e a subjetividade das pessoas, mas isso não esgota

[3] Importante ressaltar, que o Estado como é dito aqui neste trabalho, se refere enquanto engrenagem a serviço de minorias hegemônicas que seguem uma lógica capitalista que visa o lucro acima de tudo.

o conceito. Quando Macalé nos conta sobre sua ação de lembrar do seu álbum de fotografias queimando, também demonstra que a memória está no cotidiano, nas experiências vividas pelas pessoas.

Isto é, a memória não é e não se limita, apenas, na coisa, na matéria: a memória também é o cotidiano, a prática, a experiência e a continuidade. O pensador e filósofo Ailton Krenak (2019, p. 22) nos ajuda a entender essa ideia ao nos dizer que:

> O tipo de humanidade zumbi que estamos sendo convocados a integrar não tolera tanto prazer, tanta fruição de vida. Então, pregam o fim do mundo como uma possibilidade de fazer a gente desistir dos nossos próprios sonhos. E a minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história. Se pudermos fazer isso, estaremos adiando o fim.

Assim, podemos ampliar nosso entendimento sobre a prática e o uso da memória como resistência e, também, como fluxo, como vivência, como o ato de lembrar significa continuar vivendo.

Importante ressaltarmos, que essa memória também é coletiva. Ela é viva e contínua quando atravessa indivíduos, famílias, comunidades e sociedades, e essa prática coletiva se constrói junto ao espaço em que essas pessoas vivem. Ao discutir sobre a comunidade em Canudos, o líder quilombola Antônio Bispo dos Santos, ou “Nêgo Bispo” (2015, p.58) argumenta que:

> O povo de Canudos se relacionava com a terra como um ente gerador da força vital. Os frutos dessa relação não só com a terra, mas com água, a mata e demais elementos da natureza, isto é, com o seu território, eram produtos vitais por serem extraídos através de um processo de cultivos festivos recheados de religiosidade, que eram armazenados e redistribuídos de acordo com as necessidades de cada um.

Demonstrando que essa memória experienciada e coletiva peremptoriamente é constituída do espaço denominado, aqui, de território e acontece por meio dos processos sociais e culturais criados dessa relação. A prática social de uso da memória se dá aqui nas pessoas, enquanto experiência e enquanto território.

Esta memória é continuada, portanto, a partir de seu uso. A prática da memória é o que a mantém viva e em fluxo, fortalecendo as identidades e subjetividades dos sujeitos. O museólogo Valdemar Lima (2017, p.114), ao discutir o conteúdo da memória, nos ensina que:

> Compreendendo que o conteúdo da memória pode ser acessado a partir da narração, as narrativas de experiência são fundamentais para o fortalecimento das identidades, construídas e reconstruídas a partir da vivência social em sua diversidade de conjunturas.

Dessa forma, a memória é usada para a manutenção da vida do espaço. Ao fortalecer identidades e produzir pertencimento, a memória mantém o espaço vivo e em movimento, estimulando relações quentes que se friccionam e resistem.

Entendemos, assim, que espaços de memória são aqueles nos quais a memória age por meio da experiência, fortalecendo e estimulando as relações entre as pessoas e os localismos identitários. Portanto, compreendemos como possibilidades de espaços de memória, os quilombos, terreiros, feiras de rua, praças e, no nosso caso, cemitérios, não nos limitando a museus ou outros espaços institucionalizados.

1.3 Cemitérios

Os cemitérios são construções sociais onde a memória é praticada e disputada, locais em que a vida pulsa e se expressa nas relações entre as pessoas e esses lugares. A museóloga Cibele de Mattos (2007, p.63) define o espaço cemiterial como “Lugar da experiência e de memória, o espaço cemiterial reproduz (como na cidade) uma vasta trama de relações”, isto é, por meio das ações sociais que acontecem no espaço, a memória permanece viva e em fluxo. O luto e a morte estão presentes e demonstram a potência simbólica do espaço, mas as experiências não se encerram aí. Os autores Davi Kiermes, Diego Lemos e José Paulo Siefert (2022, p. 32) nos lembram que:

> Convém observar que o cemitério, além de espaço de dor, também é um espaço de saudade, carinho, memória, ternura, aconchego, identidade; espaço que contém objetos como velas, flores, imagens de santos, fotos de famílias e de entes queridos, dizeres carinhosos... Todos esses elementos se articulam a cada enterro, a cada visita a um túmulo, a cada vivência dentro do cemitério.

Dessa forma, entendemos que a memória dos cemitérios é cheia de vida e afetos criados a partir das vivências, ritos e outros usos da memória atualizados pela relação dos sujeitos e seu território. Portanto, a memória dos cemitérios não está simplesmente armazenada em seu interior, mas existe e se expressa através dessas práticas e relações que constituem o seu território. O cemitério é, então, fruto da necessidade humana de fazer este uso social da memória, de interrelações pessoais e reelaboração dos sentidos da morte e da vida.

Essas relações e manifestações se dão em vida, sendo construídas e renovadas pelos vivos para os vivos. O professor Gilson Santos argumenta que:

> Os antigos tinham a consciência viva de que a memória é um viveiro não só das lembranças, mas da sua sempre renovada atuação. Por exemplo, não é de tudo estranho que em alguns “epitáfios” encontremos frases, cujo objetivo era espantar o seu leitor, causar pânico diante da morte. (2015, p.30)

Essa reflexão aponta, assim, a existência de uma vontade de memória a partir das inscrições no corpo do cemitério. Uma memória que não se limita, mas que se projeta continuamente e que reafirma o cemitério como território e manifestação, onde a memória é constantemente produzida e atualizada.

Para aprofundarmos o entendimento de cemitério enquanto espaço e manifestação de memória, vamos trabalhar com o conceito de paisagem a partir do pensamento do historiador e museólogo Ulpiano Meneses.

Meneses afirma que podemos pensar paisagem enquanto fato cultural, isto é, ela atende as necessidades culturais e sociais de nos inserirmos e nos integrarmos ao espaço. Ele diz que a paisagem “responde aos imperativos da territorialidade e da pertença, isto é, às necessidades de inserirmos nossa trajetória biográfica não apenas num eixo temporal, mas também espacial.” (2002, p. 59).

Dessa forma, podemos entender a paisagem como resultado da intencionalidade de sentido a partir das relações entre sujeito e território. Ao inserirmos essa lógica na compreensão dos cemitérios como canais de transformação social e patrimônio vivo, podemos entender como eles são inundados com essa vontade de afirmar presença, vínculo e pertencimento. A partir de práticas como a construção das lápides que conversam com seus leitores, das visitas, das expressões religiosas, do fogo nas velas, das flores repostas e das imagens expostas, estamos marcando nossa presença no espaço-tempo e dizendo que ele é nosso. A memória, aqui, é um cemitério porque nós somos um cemitério, em sentido plural e dinâmico.

Entendemos assim, que é por meio de práticas e usos da memória que o cemitério se mantém um espaço de calor, de movimento, portanto, um espaço de vida em constante transformação, de modo que podemos avançar, então, nas compreensões das dimensões da memória e investigar o que denominamos de aura museológica dos espaços de memória, que nos vai dizer sobre como a presença da memória é sentida e percebida nesse encontro entre sujeitos e território.

1.4 Aura Museológica: a dimensão sensível das coisas

Agora, discutiremos a dimensão sensível da memória, como ela é percebida, experienciada e internalizada por meio desses espaços onde se expressa, como no caso dos cemitérios.

Quando adentramos esses espaços, é possível sentir suas características no ambiente, nos comportamentos e nas formas de sentir dos sujeitos. Há um tipo de experiencia que não se limita ao visível, mas que envolve todas essas práticas de memória que evocam presenças, afetos e significados. Algo que exige outra forma de percepção que não apenas a racional, como diz o poeta Manoel de Barros (2016):

> As coisas não querem mais ser vistas por pessoas razoáveis:
> Elas desejam ser olhadas de azul - Que nem uma criança que
> você olha de ave.

Essa percepção sensível, portanto, se manifesta a partir da experiência dentro desses espaços. O filósofo Walter Benjamin (2018) ao discorrer sobre o conceito de aura, nos diz que esta é “uma trama peculiar de espaço e tempo: a aparição única de uma distância, por mais próxima que esteja.” (p.170). Este conceito dialoga com este trabalho na medida que tomamos a aura como experiência sensível, que emana a partir das práticas e usos da memória que mantém o espaço vivo e em continuidade e que se manifesta de forma única a cada experiência vivida e que transborda da relação das pessoas com os objetos e se faz sentir na presença e no afeto.

O museólogo Cauê Dominici (2025) faz uma abordagem fotográfico-museológica sobre o que define uma obra de arte, trazendo o conceito de musealidade, conceito este que atribui valor ao objeto musealizado. Ele diz:

> De modo que, [...] não mais a autenticidade e unicidade são condições necessárias da aura que a definiria como obra de arte, mas sim sua poética, também podendo ser compreendida como musealidade neste contexto, que tem a capacidade de atravessar subjetivamente os públicos e instigar reflexões críticas capazes de alterar a realidade os quais estão inseridos. (p. 35)

Nesse sentido, a ideia de musealidade contribui para a nossa compreensão da aura museológica enquanto experiência sensível, isto é, enquanto a musealidade atribui valor e sentido, a aura museológica é a forma sinestésica pela qual esse valor é sentido, percebido e experenciado pelas pessoas, se manifestando enquanto

presença em movimento. De forma conjunta, ambas, a musealidade e a aura museológica, atravessam os espaços e os sujeitos de memória.

A partir desse momento podemos constatar este atravessamento musealidade-aura museológica no espaço cemiterial. Este trabalho de pesquisa apresenta os cemitérios como espaços dinâmicos, ativados pelo uso social da memória que os mantem vivos e dão sentido a continuidade de suas práticas. Podemos enxergar, aqui, a manifestação da dimensão sensível das coisas. O uso da memória se dá a partir de práticas como, as visitas aos túmulos, os cuidados, os ritos, as práticas religiosas, e várias formas de expressão que reafirmam o cemitério enquanto memória, e atribuem valor e significado a esse espaço.

No cemitério, o luto, a dor, a saudade, o carinho e a memória desenham as afetações no espaço-tempo do sentipensamento4 e emanam presença e sentidos, mantendo o frio e a morte distantes, evidenciando, assim, a presença de uma atmosfera, que não é imposta, mas que surge dessas experiências e que orientam o sentir e o estar cemitério.

[4] O sociólogo colombiano Orlando Fals Borda define sentipensamento como indissociação entre "...a razão e o amor, o corpo e o coração". Fals Borda, 2009, p. 10. (livre tradução)

Capítulo 2 – Uma Cidade e Um Cemitério: relações de rupturas e permanências históricos-memoriais

2.1 - Georreferenciamento, memória e identidade da cidade antes da cidade

A cidade de Planaltina se constitui muito antes da consolidação de uma Brasília e, antes mesmo de ser cidade, Planaltina se chamava Mestre D'Armas. Essa organização territorial tinha suas próprias produções de memória e de pertencimento e é considerada a primeira malha urbana a existir nesse território conhecido hoje como Distrito Federal. Um documento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ao falar sobre o surgimento de Mestre D'Armas, aponta que:

> É difícil dizer-se precisamente a fundação do povoado dado seu aparecimento muito natural, entretanto possuem-se referências segundo as quais em 1812 já havia um cemitério em Mestre D'Armas. O território municipal pertenceu ao Município de Sta. Luzia até 1886, quando passou a pertencer ao de Formosa. Foi separado em município autônomo a 28 de fevereiro de 1892. Mestre D'Armas foi elevado à categoria de vila em 19 de março de 1891. Em 1910 teve sua denominação mudada para Altamir e finalmente em 1917 para Planaltina.

Demonstrando a dificuldade em identificar a origem do povoado. Embora a origem da cidade não seja precisa, não tenho a intenção de, aqui neste trabalho, investigar a sua versão verdadeira, mas sim demonstrar como a existência de mitos acerca de sua fundação já demonstra uma busca por uma construção de identidade. Ao discutir a origem do topônimo de Mestre D´armas, o arquiteto Pedro Palazzo (2015, p.368) observa que:

> A origem do topônimo é controversa, e a sua relação com o surgimento do povoado foi esclarecida por Paulo Bertran. Este autor indicou que o nome Mestre d'Armas já era empregado no registro de Tomás de Souza acerca da viagem do governador D. José de Almeida em 1773 (BERTRAN, 2011, p. 369). Ele rechaçava, assim, a tese convencional – relatada por Mário Castro (1986, p. 18) e corroborada por Hosannah Campos Guimarães (1996, p. 161) –, de que o povoado tenha se desenvolvido em torno da morada de um "mestre d'armas", termo que se dizia ser a alcunha de um ferreiro, construída por volta dos anos 1780. De fato, o registro paroquial de 1858 não faz menção à preexistência de qualquer assentamento no sítio da freguesia.

Dessa forma, concluindo que a própria nomenclatura do espaço é carregada de potencial de construção de narrativas. A pesquisadora Mércia Pinto (2005, p.4) nos dá um exemplo dessa construção ao dizer que o núcleo urbano teria surgido a partir da edificação de uma igreja. "Em 1811, assolados por uma epidemia, os fazendeiros fizeram promessa de doar terras para se construir uma capela devotada a São

Sebastião, em troca do restabelecimento da saúde de seus habitantes.'', isto é, já mostrando indícios da relação de São Sebastião com a formação da cidade. Na figura abaixo, é possível observar como a capela carrega características arquitetônicas que reforçam sua identidade própria.

Figura 2 - Capela de São Sebastião de Mestre d'Armas, construída em 1811, ampliada em 1880, reformada em 1911



Fonte: Pedro Palazzo (2015)

Essa identidade se constrói, também, a partir de seu território. A gestora ambiental Acácia Souza (2014, p.33), ao nos trazer o mito fundador de Planaltina nos diz que:

> A história de Planaltina está associada aos seus cursos d'água. O pequeno povoado surgiu em torno de 1790, após um ferreiro descendente de bandeirantes, que manejava e consertava armas se instalar à beira de um riacho, que passou a ser conhecido como Mestre D"Armas. A cidade nasceu às margens desse riacho.

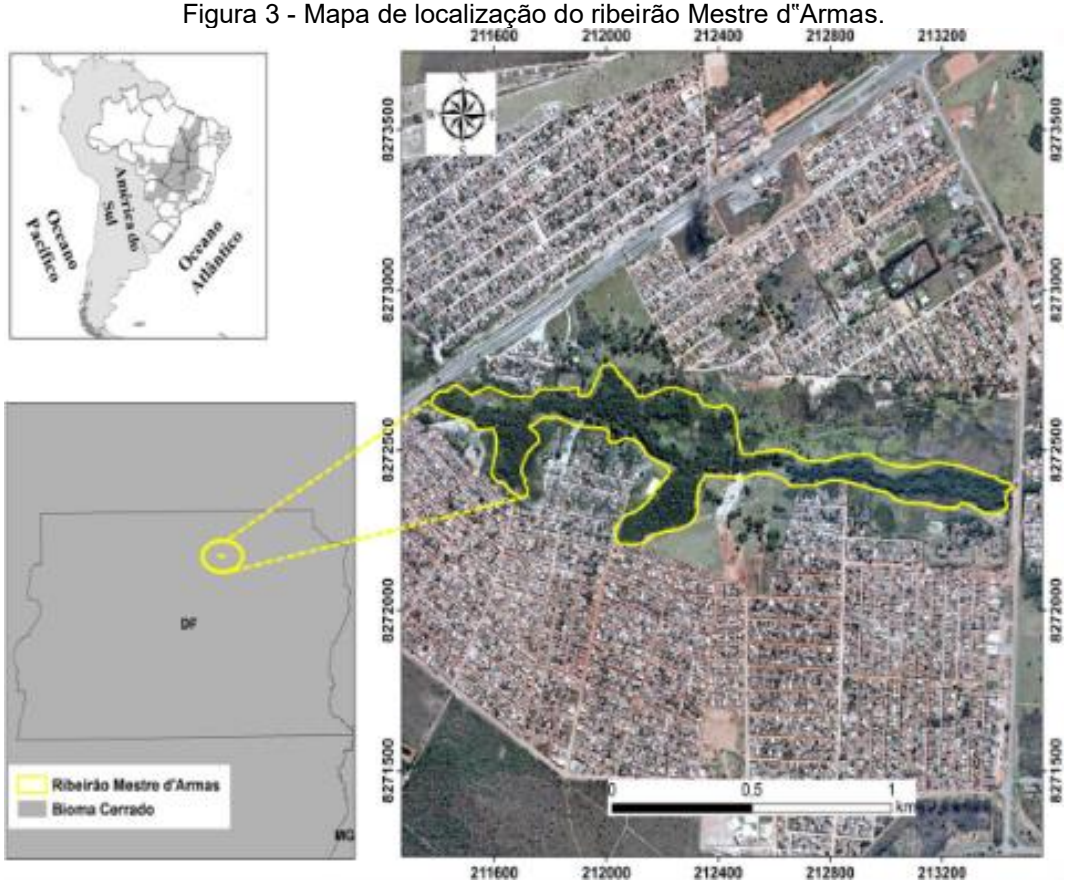
Desse modo, apresentando como o território é elemento ativo na construção da memória do lugar. Isto é, ele deixou de ser visto apenas enquanto suporte físico, e passou a se relacionar afetivamente com a população, como foi explicitado anteriormente por Nego Bispo no capítulo 1. Neste mesmo texto, Acácia complementa essa ideia ao tratar sobre a relação das pessoas com o rio, dizendo que os "Moradores

chamavam o ribeirão Mestre d"Armas de ‘rio de Bichinho’ por causa de um morador apelidado de ‘Bichinho’ que morava nas margens” (p.42) e que

> Até a década de 1970, o ribeirão Mestre d"Armas foi um lugar presente na vida de moradores de Planaltina, que realizavam nas suas margens piqueniques e usavam suas águas para recreação, tais como banho e pescaria. Essas idas ao ribeirão eram feitas em companhia da família, vizinhos, amigos e colegas de escola. (P.44)

Observa-se, assim, que a relação das pessoas com o rio era de carinho e afeto. No mapa abaixo, podemos observar como a cidade se desenvolveu em torno do rio.

Figura 3 - Mapa de localização do ribeirão Mestre d"Armas.



Fonte: Acácia Oliveira (2014)

Logo, todas essas ações em forma de afeto e pertencimento juntas ao rio demonstram o uso da memória atuando, e é nesse movimento que a memória da cidade é construída. Entretanto, esse comentário também aponta algo muito interessante, o que acontece na década de 70 para que essas práticas deixassem de ocorrer?

Antes de entendermos essa transformação, se torna necessário identificar como essa relação da comunidade com o território se expressa socialmente a partir

das práticas culturais que aconteciam, e acontecem, em Planaltina[5]. Uma das mais importantes e antigas tradições da cidade é a Festa do Divino Espírito Santo, também conhecida como “Festa do Divino”, que acontece há mais de 140 anos. O fotojornalista Johnatan Reis (2015) em sua fotorreportagem, nos diz que a festa foi reconhecida como patrimônio imaterial do Distrito Federal em maio de 2013. Ele afirma:

> A Festa do Divino é uma comemoração que mobiliza milhares de moradores e é dividida em duas partes. Uma ocorre na cidade e a outra ocorre na roça. No dia de Pentecostes as duas folias se encontram na cidade para finalizar a comemoração.

Já a pesquisadora Mércia Pinto (2005), complementa essa análise da Festa do Divino, nos dizendo que “naquela cidade, como em muitas do Brasil, é festival de abundância, oportunidade em que o povo expõe e consome produtos do seu trabalho. É preciso que haja fogos, muita comida, procissão, leilões de prendas.”. Dessa forma, explicitando como essa tradição está vinculada a vida social e atua como memória em continuidade para a comunidade. A partir da figura abaixo, é possível observar a bandeirola da Festa do Divino, que materializa os valores de abundância, fé e identidade mobilizados pela celebração.

Figura 4 – Bandeirola da Festa do Divino



Fonte: Johnatan Reis (2015)

[5] há, também, outras práticas culturais na cidade, como o Museu Histórico e Artístico de Planaltina e o Ecomuseu Pedra Fundamental. Porém, este trabalho opta por focar nas práticas comunitárias não institucionais de memória.

Portanto, a longevidade da Festa do Divino e o sentimento de pertencimento que ela estimula, demonstram como as práticas de memória são capazes de estruturar e mobilizar a comunidade para que suas relações sejam vivas e pulsantes. Uma tradição como esta que continua viva e central para a sociedade mesmo após o impacto social e simbólico da mudança da capital do país que moldou a região. Como aponta Mércia Pinto “Ao se tomar por referência a imagem de desenvolvimento e progresso da sede do governo, relegou-se a memória das cidades goianas como se a história se escrevesse a partir de Brasília."(2005, p.5)

Essa mudança de percepção pode ser vista a partir da narrativa da Missão Cruls, que visava identificar o planalto para a vinda da nova capital. A turismóloga Isabela Figueiredo (2018, p. 18), ao discutir o evento, observa que:

> Sua história mudou radicalmente quando em 1892 a comissão da Missão Cruls passou por seu território, e por ali marcou o local onde se levantaria a nova capital do Brasil (Cruls, 1896). Mas três décadas se passaram até que em 1922, o então Presidente da República Epitácio Pessoa, no ano das comemorações do centenário da Independência do Brasil, decidiu lançar a Pedra Fundamental da Futura Capital da República.

Sendo assim, a Pedra Fundamental se torna um Símbolo material e simbólico dessa transição de Planaltina enquanto território próprio, para se tornar parte da narrativa de Brasília. A figura abaixo evidencia a cerimônia simbólica e a materialização monumentalista da nova narrativa.

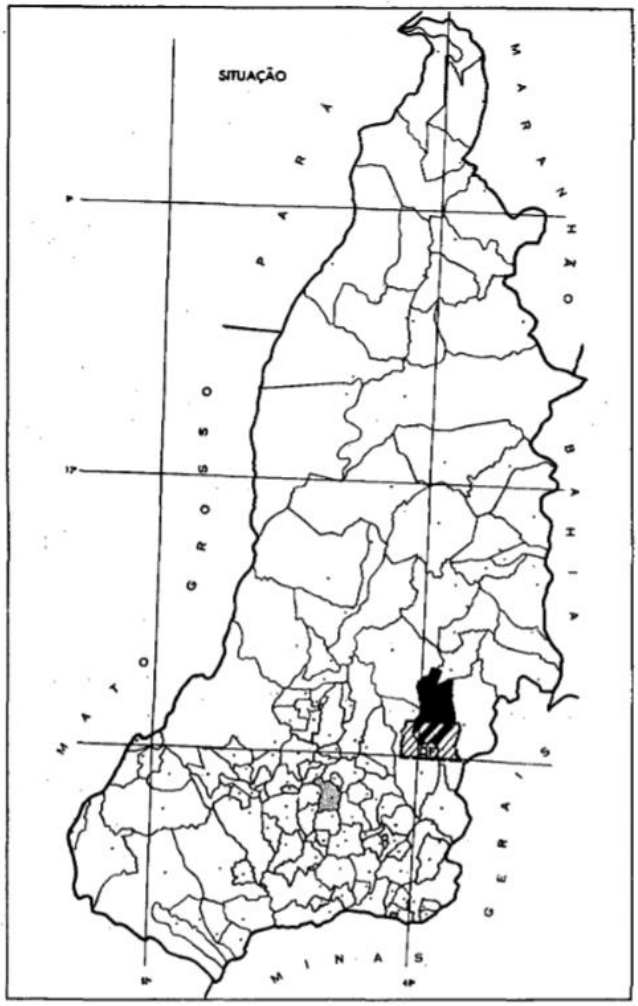
Figura 5 - Evento solene de recepção da Pedra Fundamental da Nova Capital



Fonte: Plínio (1922). Arquivo Público do Distrito Federal.

A Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (IBGE.1958, p.365) registrava que “A cidade tem melhorado, dia a dia, com a construção de Brasília.”, já demonstrando a ideia de uma percepção de uma transformação que Planaltina sentia antes mesmo de Brasília ser construída. Podemos observar a reorganização espacial da região a partir da mudança da futura capital apresentada pelo mapa abaixo:

Figura 6 - Posição do Município em relação ao estado e sua capital



Fonte: IBGE (1958)

Portanto, o mapa demonstra como a presença da capital impacta no território, geográfica e simbolicamente, ao cortar o território do município em duas partes. Para além disso, todas essas narrativas e práticas contadas nesta pesquisa também demonstram como o mito de que Brasília havia sido construída no “vazio” é, sobretudo, um mecanismo de enterramento de identidades. Como afirma o arquiteto Pedro Palazzo (2015, p.374) ao comentar sobre o morro em que se encontra a Pedra Fundamental:

> O nome desse acidente geográfico anterior a 7 de setembro de 1922 não encontra, curiosamente, registro algum nas fontes publicadas. O processo de tombamento citado sugere que a elevação era sem nome e foi apenas então batizada. Será possível que um promontório tão marcante na paisagem, e tão próximo do sítio urbano, não tivesse anteriormente recebido nome algum? Tal narrativa contribui com outros discursos que, ao longo da segunda metade do século XX, construíram a ideologia de que Brasília teria sido construída no meio de um “nada” – o mito do ‘vazio’ do sertão

> cuidadosamente entretido por Juscelino Kubitschek e seus apologistas como contraponto necessário ao ‘cérebro das mais altas decisões nacionais’

Dessa maneira, explicitando como a decisão de criação do mito do “vazio” é acima de tudo, intencionalmente política. As memórias e suas práticas foram soterradas em sua materialidade como sintoma, mas sofreram tentativas de apagamento propositais em suas invisibilidades, em seu modo de viver enquanto causa. Por isso a importância e a grandiosidade de tradições como a Festa do Divino, que sofreram o impacto da mudança, mas mantiveram a memória social e suas narrativas não-oficiais em fluxo.

É neste contexto que o cemitério São Sebastião se torna crucial para manter a memória local, se constituindo enquanto suporte físico e simbólico, sendo prova viva da (r)existência dessa cultura pré-capital.

2.2 Cemitério de São Sebastião: bem cultural da comunidade.

Como dito anteriormente, já havia referência de um cemitério na antiga Mestre D’Armas em 1812. Apesar de não afirmar que este cemitério era o São Sebastião, é possível supor ao associar com a igreja de mesmo nome, que foi fundada neste mesmo ano. Portanto, o cemitério São Sebastião é uma forte evidência material e simbólica da trajetória pré-capital de Planaltina.

Em “Cem Anos de Solidão” (1967), o autor Gabriel García Márquez faz uma associação entre território, sociedade e cemitério, ao dizer que os fundadores de Macondo são “’tão pacíficos que sequer morremos de morte natural’, disse. ‘Veja que não temos cemitério.’” (p35). Isto é, uma comunidade sem mortos, que ainda não estabeleceu um vínculo com seu território, não precisa de cemitério. É com o passar do tempo e com a construção de uma memória afetiva com a terra que o cemitério se torna necessário, quando as pessoas passam a morrer e os vivos precisam de um espaço para lembrá-los. Abaixo, podemos observar a frente do cemitério São Sebastião, que evidência, portanto, essa necessidade humana de se marcar em seu território e nele, se reconhecer.

Figura 7 – Frente do cemitério São Sebastião



Fonte: Cemitério São Sebastião, 14 de maio de 2026,
Fotografia do autor

Portanto, a existência de referências a um cemitério em Mestre D'Armas já em 1812, e a permanência do São Sebastião até os dias de hoje, já demonstravam o afeto da comunidade com seu território e a sua contribuição para a formação da cidade, que mesmo após tantas transformações, o cemitério se manteve presente. Isto é, o valor histórico do cemitério está intrinsecamente associado ao vínculo afetivo e simbólico que a comunidade tem com ele, inclusive até os dias de hoje.

Após uma visita de campo realizada no cemitério São Sebastião, foi possível constatar a degradação física que o cemitério se encontra, mas isso não se deve ao abandono social do cemitério, pois este continua forte na comunidade. Em uma reportagem do *Correio Brasiliense* (2011), é dito que a

> Neta de Salviano Guimarães, a professora de música Dinalva Maria Guimarães se revolta ao comentar a situação do cemitério onde o avô está enterrado.; pouca gente sabe, mas o túmulo do meu avô foi doado por Getúlio Vargas em reconhecimento ao trabalho que ele desempenhou aqui.

Em outra reportagem do *Correio Brasiliense* (2014), a dona Deusdete Xavier de Melo também comenta sobre a sua relação com a memória do espaço e a sua

degradação física. Ela diz que “Sempre tive parentes aqui. Dizem até que um dos meus bisavós está enterrado aí (no São Sebastião), mas ninguém faz ideia onde exatamente, pois a maioria dos túmulos não tem placa. Tudo foi arrancado”. Isto é, os familiares das pessoas enterradas ali sentem a necessidade de manter o espaço físico e simbólico destinado aos seus antepassados.

Essa relação de afetividade com o cemitério pode ainda ser vista em suas práticas de memória. Durante a visita de campo, foram encontradas formas devocionais de uso, como velas ainda acesas, evidenciando que, mesmo com a degradação física, o espaço continua sendo usado para práticas religiosas que mantêm a memória em movimento. Podemos observar essa ação a partir da figura abaixo, que em meio ao caos da degradação, as ações de memória nascem permanecem vivas.

Figura 8 – Vela em uso



Fonte: Cemitério São Sebastião, 14 de maio de 2026
Fotografia do autor

Também foram encontradas inscrições no muro externo do cemitério, contendo as homenagens a pessoa recentemente falecida. Está escrito “Rangel Show Eterno / Até depois do fim / Te amaremos para sempre 05/12/2025”. Portanto, mesmo estando o cemitério desativado e sem sepultamentos há mais de 60 anos, o espaço ainda é lido e reconhecido pela comunidade como lugar de luto, memória e homenagem. A imagem abaixo apresenta essas lembranças no muro, em sinal de resistência e de afirmação de vida de quem fica.

Figura 9 - Lembranças no Muro



Fonte: Cemitério São Sebastião, 14 de maio de 2026
Fotografia do Autor

Para além dessas evidências de memória em fluxo, que por si só já demonstram a potência simbólica do espaço, durante a visita de campo também pude conhecer o senhor Carlos, jovem senhor negro, também conhecido como “Caveira”, que atualmente faz uso do espaço como lugar de permanência e descanso no cemitério São Sebastião. Carlos disse, em uma conversa informal, que gosta do cemitério pois ele é seguro e sossegado. Também informou que eventualmente costuma acompanhar algumas pessoas que lhe pedem auxílio ao adentrarem o cemitério para realizar suas orações e outros rituais, e que zela pela segurança dos túmulos e das pessoas visitantes, coibindo vandalismos e depredações. Enquanto

uma pessoa em situação de vulnerabilidade social que sofre tentativas de invisibilização pela sociedade, senhor Carlos faz um trabalho social para a comunidade zelando pelo espaço, como uma espécie de guardião da memória. Durante esta visita de campo, foi realizado um registro fotográfico representando a imagem do senhor Carlos, porém, pela falta de meios de comunicação e em função do seu meio precarizado, sempre buscando um trabalho alternativo para se manter, o que impossibilitou o reencontro para formalizar uma autorização de uso da imagem.

Dessa forma, o cemitério São Sebastião demonstra a potência de um espaço de memória, que mesmo com a sua degradação física e o abandono do Estado que o deveria manter preservado, se mantém vivo e friccionado a partir das relações e práticas de memória de afeto e pertencimento junto a sua comunidade.

Na reportagem de 2011 do *Correio Brasiliense*, eles afirmam que “Os cemitérios fantasmas não são administrados pela empresa Campo da Esperança. O responsável por tomar conta dos locais é o GDF, que pouco tem feito.”, isto é, é de plena responsabilidade do Estado a preservação, organização e administração do bem cultural cemitério São Sebastião.

Esta responsabilidade é omissa, mas reconhecida. Em 2005, foi iniciado o projeto de lei complementar do plano diretor local de Planaltina, que visava explicitamente a proteção do Cemitério de São Sebastião, dizendo:

> V – o Cemitério São Sebastião, denominado Cemitério antigo, será recuperado nas suas características originais, como elemento de interesse de preservação cultural pela sua relevante importância histórica, estabelecendo um conjunto urbanístico com a Igreja São Sebastião de Mestre D’Armas, tombada pelo Decreto nº 6.940 de 19 de agosto de 1982, e sua respectiva praça;

Portanto, o próprio planejamento urbano do Governo do Distrito Federal, reconhecia e afirmava o valor cultural do cemitério e propunha sua integração a um conjunto urbanístico da Igreja São Sebastião e sua praça. Por motivos estratégicos e a adoção de um planejamento urbano único do Distrito Federal, o cemitério São Sebastião foi deixado de fora.

A igreja São Sebastião se encontra tombada desde 1982 a partir do Decreto nº 6.940, de 19/08/1982, ou seja, anterior ao decreto de tombamento do conjunto urbanístico de Brasília, que foi consolidado pela Portaria nº 314/1992. Concluindo assim, que mesmo com o valor patrimonial do núcleo histórico de Planaltina já

reconhecido há tempos, o cemitério São Sebastião se manteve as margens de uma política de preservação de maneira intencional.

É dessa omissão intencional por parte do Estado que a Associação Amigos do Centro Histórico de Planaltina (AACHP) nasce, com a finalidade de defender o patrimônio cultural de Planaltina. Em conversa com a socio-fundadora, Simone Macedo, foi relatado a dificuldade em encontrar documentos que falem sobre o cemitério por falta de interesse do Estado em mantê-los. Também foi declarado que foi realizado um abaixo assinado pela comunidade ao redor do cemitério, com um resultado misto, parte queria a retirada total dos restos mortais remanescentes, parte queria a preservação dos túmulos. Isto é, mesmo “desativado” há décadas, o cemitério São Sebastião continua movimentando discussões e debates políticos que discutem o seu futuro, mostrando que permanece vivo no imaginário social.

Enquanto o cemitério São Sebastião continuar movimentando práticas e usos sociais da memória como velas, flores, orações, e homenagens, mantendo o território plural e dinâmico; enquanto permanecer gerando e mobilizando discussões e debates sobre sua preservação; e enquanto seguir presente no imaginário social, atingindo as pessoas a partir de suas invisibilidades e despertando sua aura museológica, ele continuará sendo um canal de transformação social e patrimônio vivo para a comunidade de Planaltina.

Aproximações conclusivas

Neste trabalho, em seu primeiro capítulo, apresentei as lentes pelas quais a Museologia, a partir de uma perspectiva social e decolonial, percebe os espaços de memória e em especial, os cemitérios, enquanto laboratórios para a aplicação de suas epistemologias. Explorando a dimensão sensível desses espaços, foi possível demonstrar como as práticas e relações de memória produzem vínculos de afeto e pertencimento entre a comunidade e seu território que não se findam na materialidade das coisas, mas que permanecem vivos e pulsantes a partir das vivências sociais.

Já em seu segundo capítulo, explorei a história e identidade de Planaltina (ou Mestre D'Armas) e que, por meio de seus espaços e tradições de memória como a Festa do Divino e o Cemitério São Sebastião, atuam como uma prova física e simbólica de resistência contra o apagamento de identidades gerado pela construção da capital Brasília. A partir da análise do Cemitério, que apesar do abandono material e omissão da responsabilidade pelo Estado, nos permite perceber que o espaço permanece vivo e em movimento mediante o uso social da memória, em suas práticas e experiências sociais.

Importante ressaltar que a visita de campo ao cemitério São Sebastião foi fundamental para a compreensão simbólica do território. Adentrar o espaço e poder observar como a memória permanece viva e sustentada pelas práticas da comunidade e pelo cuidado cotidiano de pessoas como o senhor Carlos, que assim como o cemitério, também se encontra à margem da atenção do poder hegemônico do Estado, foi uma experiência profundamente emocionante.

Após todas essas análises, podemos concluir que o cemitério São Sebastião emana potencialidade. A partir dessas relações sociais e vínculos afetivos da comunidade com o espaço, que não se encontra "abandonado" e nem "desativado" (continua sendo utilizado ativamente pela comunidade), podemos observar a potência desse local para a valorização da educação do patrimônio, que a sociedade execute seu exercício ao direito da memória, que reorganize a história a partir das perspectivas dos que vêm de baixo, um local que permita que os mortos descansem e os vivos experienciem, reflitam, e nele, se reconheçam.

Isto é, há muito o que pode ser feito em prol do Cemitério São Sebastião. Uma dessas possibilidades seria a retomada e reformulação da proposta de tombamento do cemitério junto à igreja São Sebastião, de modo que a oficialização do

reconhecimento permitiria que a comunidade pudesse recorrer a instrumentos legais de preservação e a fontes de financiamento. É possível, também, pensarmos uma proposta de musealização do cemitério construída a partir da comunidade, associações locais e instituições de ensino que pode ser feita sem o arcabouço do Estado, e poderia ser utilizada para a captação de recursos e o desenvolvimento de projetos de financiamento. Dessa forma, o cemitério também poderia ser incluído nos percursos de turismo da cidade, dando a possibilidade a visitantes de também experenciar o local. Todas essas opções e tantas mais trariam movimento ao espaço, fortalecendo o comércio local e a segurança pública.

Por fim, o cemitério São Sebastião é um símbolo da resistência da memória e da historicidade da cidade de Planaltina que, até hoje, exerce a luta por identidade. Preservar o cemitério é preservar a memória da cidade que, a partir de seu uso social, é capaz de transformar realidades. Podemos afirmar, portanto, que para além do luto, o cemitério de São Sebastião é um canal de transformação social e patrimônio vivo.

Referências Bibliográficas

ALVES, Renato**. Abandonado, o cemitério mais antigo de Planaltina é alvo de criminosos**. *Correio Braziliense*, Brasília, 17 jan. 2014. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/01/17/interna_cidadesdf%2C408321/abandonado-o-cemiterio-mais-antigo-de-planaltina-e-alvo-de-criminosos.shtml. Acesso em: 09 junho de 2026

ALVES, Rubem. **Sobre a morte e o morrer**. Folha de S.Paulo, São Paulo, 12 out. 2003. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1210200309.htm Acesso em: 28 maio 2026.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. L&PM Editores, 2018.

BARROS, Manoel de. **O livro das ignorãças**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2016.

BRAMBILLA, Raquel. **Cemitério: Museu a céu aberto** – Um novo olhar ao Campo Santo. Santa Catarina, 2017.

BRITTO, Clovis Carvalho. **Museologias a serviço da diferença e linguagem de especialidade: Uma revisão integrativa sobre as ressonâncias do termo diferença na Sociomuseologia**. Cadernos de Sociomuseologia, v. 70, n. 26, p. 73-89, 2025.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. Colaboração de Marcelo Mattos Araujo, Maria Inês Lopes Coutinho. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010. v. 1.

CHAGAS, Mario de Souza; GOUVEIA, Inês. **Museologia Social: reflexões e práticas** (à guisa de apresentação). In: Cadernos do CEOM - Ano 27, n.41 - Museologia Social. p. 9-22. dez. de 2014.

CHAGAS, Mario de Souza; PIRES, Vladimir Sibylla. **Território, museus e sociedade: práticas, poéticas e políticas na contemporaneidade**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2018.

CORREIO BRAZILIENSE. Cemitérios centenários de Brazlândia e Planaltina são refúgios de bandidos. *Correio Braziliense*, Brasília, 31 out. 2011. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2011/10/31/interna_cidadesdf,276282/cemiterios-centenarios-de-brazlandia-e-planaltina-sao-refugios-de-bandidos.shtml Acesso em: 9 jun. 2026.

DISTRITO FEDERAL (Brasil). **Decreto nº 6.940, de 19 de agosto de 1982.** Dispõe sobre o tombamento provisório da Igreja de São Sebastião – Planaltina, Distrito Federal. Sistema Integrado de Normas Jurídicas do Distrito Federal (SINJ-DF), Brasília, DF, 1982.

DISTRITO FEDERAL (Brasil)**. Projeto de Lei Complementar nº 146, de 2006**. Câmara Legislativa do Distrito Federal, Brasília, DF, 2006.

DOMINICI, Cauê de Paula Lopes. **Entreolhares: uma crítica antirracista da comunicação museal com o uso de fotografias em catálogos**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2025.

ESPINOSA, Hellen Kaufamann Lambrecht. **Alma dos objetos: abordagens memoriais e biográficas de objetos do Museu Cláudio Oscar Becker**. 2019. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS.

FALS BORDA, Orlando. **Una sociología sentipensante para América Latina Antología**. Antología y presentación Víctor Manuel Moncayo. Primera edición. Clacso. Siglo del Hombre Editores, Bogotá, 2009

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Afonso. **Cemitério São Sebastião, o mais antigo do DF, está abandonado**. G1. 2019. Disponível em:https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/06/28/cemiterio-sao-sebastiao-o-mais-antigo-do-df-esta-abandonado.ghtml acesso em: 01 de abril de 2026

GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. **Cem anos de solidão**. Tradução de Eliane Zagury. 48. ed. Rio de Janeiro: Record, [s.d.].

GOMES, Isabela Figueiredo de Oliveira. **Planaltina, DF*:* uma história de turismo perdida no tempo**. 2018. Monografia (Bacharelado em Turismo) — Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Planaltina (GO): histórico e formação territorial**. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/biblioteca/visualizacao/dtb/goias/planaltina.pdf? Acesso em: 06 de maio de 2026

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v. 36.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (BRASIL). **Portaria nº 314, de 1992.** Dispõe sobre o tombamento do Conjunto Urbanístico de Brasília. Brasília, DF, 1992.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LIMA, Valdemar de Assis. **A educação museal no pensamento museológico contemporâneo:** musealidade da educação e delineamentos para uma proposta política educacional a partir do uso social da memória. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

MACALÉ, Jards. **Sem essa**. In: *Só morto (Burning Night)*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1970. Faixa musical.

MENDES, Cibele de Mattos. **Práticas e representações artísticas nos cemitérios do Convento de São Francisco e Venerável Ordem Terceira do Carmo: Salvador (1850-1920)**. 2007. 336 f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **A paisagem como fato cultural**. Turismo e paisagem, 2002.

MIGNOLO, Walter D. **Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 32, n. 94, 2017.

NOGUEIRA, Renata de Souza. **Proposta para uma pesquisa de recepção do Projeto Cemitério Museu São João Batista**. Rio de Janeiro, 2009.

OLIVEIRA, Acácia Souza. **Ribeirão Mestre d'Armas: Percepções dos Moradores de Planaltina - DF**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão Ambiental) - Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília. Planaltina – DF. 2014.

OLIVEIRA DE ASSUMPÇÃO CORDEIRO, Tatiane. **MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E MUSEOLOGIA: a importância das dimensões sociais**. Revista Espacialidades, *[S. l.]*, v. 18, n. 2, p. 253–265, 2022. DOI: 10.21680/1984-817X.2022v18n2ID28227. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/view/28227 . Acesso em: 4 maio. 2026.

PALAZZO, Pedro Paulo. **Planaltina e suas narrativas: cultura, memória e patrimônio em publicações locais desde o Século XX.** Historiæ, *[S. l.]*, v. 6, n. 2, p. 360–382, 2016. Disponível em: https://periodicos.furg.br/hist/article/view/5600 . Acesso em: 12 maio. 2026.

PINTO, Mércia. **Memória e modernidade numa festa popular do cerrado**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.227-278.

SILVA, Johnatan Reis da. **Planaltina História e Cultura**. 2015. Fotorreportagem (Trabalho de Conclusão de Curso em Comunicação Organizacional) — Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: https://bdm.unb.brbitstream/10483/11745/2/2015_JohnatanReisdaSilva_fotorreportagem.pdf. Acesso em: 12 maio 2026.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos: modos e significados.** Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa. Universidade de Brasília-UnB, 2015.

SANTOS, Gilson Magno dos. **Cemitério Do Campo Santo: Memória, História E Museu A Céu Aberto**. Rev. FSA, Teresina, v. 12, n. 6, art. 2, p. 27-40, nov./dez. 2015.

TAVARES, Davi Kiermes; RIBEIRO, Diego Lemos; BRAHM, José Paulo Siefert. **Cemitério e museu: Aproximações eletivas**. Curitiba: Appris, 2022